

#### GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

## Secretaria de Estado de Saúde

## Diretoria de Processamento de Produção de Média e Alta Complexidade

#### Nota Técnica nº 3/SES/SUBASS-SCP-DPP/2024

# PROCESSO Nº 1320.01.0048815/2024-20

NOTA TÉCNICA Nº 3/SES/SUBASS-SCP-DPP/2024: ORIENTAÇÕES E TRÂMITES PARA CADASTRO E ATUALIZAÇÃO DE DADOS DE CNES (CADASTRO NACIONAL DE ESTABELECIMENTOS DE SAÚDE) PARA AS UNIDADES DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA SOB GESTÃO ESTADUAL QUE POSSUEM PROFISSIONAIS DE **ENFERMAGEM VINCULADOS** 

Essa nota tem como objetivo apresentar o Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde (CNES) e os principais pontos relacionados à atualização de cadastro de profissionais de saúde, no contexto do plano de ação traçado pela Secretaria de Estado de Saúde de Minas Gerais (SES/MG) para otimizar os repasses dos recursos federais para fins de complementação do piso salarial de enfermagem. Nela serão apresentados os trâmites para cadastro e atualização de dados para estabelecimentos sob gestão estadual.

As unidades da administração estadual que possuem estabelecimentos sob gestão municipal devem entrar em contato com as respectivas Secretarias Municipais de Saúde (SMS) da localidade do estabelecimento, para orientações específicas. Neste link é possível encontrar o contato (e-mail e telefone) da SMS de referência por município em Minas Gerais (vide seção "Setor Responsável pelo CNES"): <a href="http://cnes2.datasus.gov.br/Cad">http://cnes2.datasus.gov.br/Cad</a> Gestor Listar.asp?VEstado=31.

## **PÚBLICO- ALVO:**

Setores de Recursos humanos (RH) das unidades da administração pública estadual

## **TÓPICOS:**

- 1. O que é o Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde- CNES?
  - 1.1 Para quais estabelecimentos o CNES é obrigatório?
- 2. Atualizações cadastrais do estabelecimento ou do profissional no CNES;
  - 2.1 Atualização dos dados cadastrais de Estabelecimentos que possuem número de CNES;
- 2.2 Fluxo de alimentação (inclusão, alteração, exclusão) dos dados de profissionais vinculados aos estabelecimentos para órgãos que possuem número de CNES;
  - 2.3 Documentação necessária para o cadastro dos profissionais;
  - 2.4 Quando posso enviar os dados de cadastro, alteração e exclusão para a Unidade Regional de Saúde;
  - 2.5 Orientações sobre Desligamento/ Desvinculação do profissional junto ao Estabelecimento;
- 2.6 Prazo para atualização dos dados digitados na Unidade Regional de Saúde constar na base nacional do DATASUS (site CNES);
  - 3. Como consultar um estabelecimento de saúde no site do CNES;
    - 3.1 Como consultar se o estabelecimento que possui CNES está sob gestão estadual ou sob gestão municipal;
  - 4. Como consultar os vínculos do profissional de saúde no site do CNES;
  - 5. Contato com a SES/MG;
  - 6. Legislação relacionada;
  - 7. Glossário;
  - 8. Considerações finais;
  - 9. Anexos;
    - 9.1 Anexo I FCES Ficha 20- Profissional
    - 9.2 Anexo II- FCES- Ficha 21- Profissional (continuação)
    - 9.3 Anexo III- Tabela de forma de contratação- Anexo XXXIV (Portaria de Consolidação 01 de 03 10 2017).

## 1. O QUE É O CADASTRO NACIONAL DE ESTABELECIMENTOS DE SAÚDE - CNES?

É o sistema de informação do Ministério da Saúde para o cadastro de informações de todos os estabelecimentos de saúde no país, independentemente de sua natureza jurídica ou de integrarem o SUS (Portaria de Consolidação 1, de 03/10/2017). O CNES também possui como finalidade a disponibilização de informações dos estabelecimentos de saúde para outros sistemas de informação, como é o caso do InvestSUS.

No âmbito do SUS em Minas Gerais, o CNES também é uma ferramenta que auxilia no monitoramento de políticas públicas e na organização da rede de saúde. Para os estabelecimentos sob gestão estadual, o sistema é alimentado pelas Unidades Regionais de Saúde de referência, por meio de suas Coordenações de Regulação, e está sob responsabilidade da Diretoria de Processamento de Produção, da Superintendência de Contratação e Processamento/ Subsecretaria de Acesso a Serviços de Saúde da SES/MG. Para estabelecimentos sob gestão municipal, como é o caso da maioria dos hospitais da FHEMIG, por exemplo, o fluxo de alimentação do CNES é definido pela Secretaria Municipal de saúde gestora da unidade.

Ao ser cadastrado, o estabelecimento de saúde recebe um número identificador único de 7 dígitos (conhecido como nº de CNES), em que constará informações do local, como capacidade instalada (equipamentos, estrutura física, leitos), mão-de-obra assistencial, natureza jurídica e outras informações sanitárias e legais. Portanto, o número de CNES não é uma identificação do trabalhador de saúde, mas sim do estabelecimento. O trabalhador, por sua vez, estará vinculado ao número de CNES de todos os estabelecimentos em que trabalha com a devida carga horária semanal e registro profissional válido.

A responsabilidade pelas informações é do gestor do estabelecimento com a co-responsabilidade dos profissionais de saúde. Nos casos aplicáveis é realizada vistoria pela vigilância sanitária para comprovação das informações e dos atendimentos aos dispostos legais, por exemplo, nos casos de habilitação de leitos hospitalares.

## 1.1 Para quais estabelecimentos o CNES é obrigatório?

Segundo o Art. 361 da Portaria de Consolidação 01, de 03 de outubro de 2017, "o cadastramento e a manutenção dos dados no CNES são obrigatórios para que todo e qualquer estabelecimento de saúde possa funcionar em território nacional". A referida Portaria traz ainda que, "devem possuir cadastro no CNES todos os Estabelecimento de Saúde, desde que se constituam como um espaço físico delimitado e permanente onde são realizadas ações e serviços de saúde humana sob responsabilidade técnica".

Neste bojo, incluem-se os estabelecimentos que realizam ações de vigilância, regulação ou gestão da saúde, e não somente os estabelecimentos de caráter assistencial.

## **OBSERVAÇÃO**

O cadastro do estabelecimento no CNES não se trata de um cadastro indiscriminado e deve seguir os termos dispostos na legislaçao vigente. Em caso de dúvida se o Órgão em que atua deve possuir CNES, deverá ser feito contato com a Diretoria de Processamento de Produção da SES/MG, pelo e-mail <a href="mailto:cnes@saude.gov.br">cnes@saude.gov.br</a>, para os devidos esclarecimentos.

## 2. ATUALIZAÇÕES CADASTRAIS DO ESTABELECIMENTO OU DO PROFISSIONAL NO CNES

## 2.1 Atualização dos dados cadastrais de Estabelecimentos que possuem número de CNES

A atualização de dados cadastrais das Unidades da administração pública sob gestão estadual no CNES devem ser encaminhadas por meio de documentação assinada pelo gestor e direcionada para a Coordenação de Regulação das Unidades Regionais de Saúde (URS). É importante efetuar a atualização cadastral sempre que o estabelecimento mudar de endereço no município, telefone, adquirir novos equipamentos ou desempenhar novos serviços ou outra alteração que estiver desatualizada no site do CNES. De igual forma, sempre que houver alterações de profissionais.

Para realização dessa atualização, devem ser utilizadas as Fichas de Cadastro de Estabelecimentos de Saúde (FCES), que trazem os campos padrão do sistema a serem preenchidos, alterados ou excluídos.

## **OBSERVAÇÃO**

A Coordenação de Regulação da Unidade Regional de Saúde da SES/MG fará a orientação quanto à documentação a ser encaminhada a depender do tipo de dado a ser inserido no sistema. Portanto, orienta-se que antes de encaminhar as alterações cadastrais, seja feito contato com a Unidade Regional de Saúde em que se localiza o estabelecimento.

# 2.2 Fluxo de alimentação (inclusão, alteração, exclusão) dos dados de profissionais vinculados aos estabelecimentos para órgãos que possuem número de CNES

As solicitações de cadastro, alteração e exclusão de profissionais são devidamente preenchidas e encaminhadas pelo gestor do estabelecimento por meio das Fichas de cadastro de estabelecimentos de saúde (FCES).

### Existem três formas de entrada de dados no sistema referente ao vínculo dos profissionais:

Inclusão: É o cadastro, pela primeira vez, do vínculo do profissional no estabelecimento.

Alteração: É qualquer alteração de algum dado já cadastrado anteriormente (carga horária, alteração de CBO, correção de alguma outra informação).

Exclusão: É qualquer dado referente ao estabelecimento/ profissional que será excluído, especialmente, nos casos de desligamento de profissionais.

#### 2.3 Documentação necessária para o cadastro dos profissionais (inclusão, alteração e exclusão)

Nos anexos desta Nota, foram disponibilizadas as documentações necessárias para cadastro, alteração e exclusão de profissionais. Tais documentações também podem ser acessadas e preenchidas por upload neste link <a href="Documentação\_alteração\_CNES">Documentação\_alteração\_CNES</a> (piso da enfermagem)(\*) sendo elas:

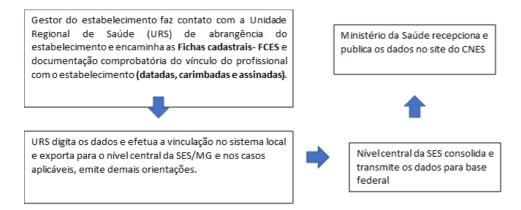
- Anexo I: FCES n° 20 Para inclusão ou alteração de profissionais;
- -Anexo II: FCES n° 21- Para i**nclusão, alteração ou exclusão de profissionais**. O campo *34.4.4 Vinculo* deve ser preenchido considerando o vínculo do profissional no Órgão e de acordo com a Tabela de Forma de contratação vigente;
- Anexo III: Tabela de Forma de contratação vigente (Anexo XXXIV da Portaria de Consolidação 01 de 03 de outubro de 2017).

(\*) Os campos obrigatórios das FCES estão destacados nos respectivos arquivos.

Recomenda-se que qualquer inclusão, alteração ou desligamento de profissional seja encaminhada em tempo hábil à Unidade Regional de Saúde (URS) para digitação e regularização dos dados. O fluxo de envio de dados é o mesmo independente da circunstância.

O fluxo de registro de informações no CNES para as devidas atualizações segue na Figura 1:

**Figura 1-** Fluxo de alimentação (inclusão, alteração, exclusão) dos dados de profissionais vinculados aos estabelecimentos para órgãos que já possuem nº de CNES



Reforçamos que antes de encaminhar a documentação descrita no fluxo acima, seja realizado contato da Unidade da administração pública estadual com a URS de referência a fim de evitar envio de informações desnecessárias ou de tornar moroso o processo (nos casos de necessidade de documentação adicional ou até mesmo supressão). A Diretoria de Processamento de Produção da SES/MG atua como apoiadora do processo de cadastro dos estabelecimentos e em caso de dúvidas, tanto a URS, quanto a Unidade Estadual que solicita a alteração podem acioná- la.

## 2.4 Quando posso enviar os dados de cadastro, alteração e exclusão para a Unidade Regional de Saúde (URS)

O envio de dados pode ser feito a qualquer momento para digitação pela URS, contudo, a atualização dessas informações no site do CNES só é executada quando estes dados forem recepcionados no DATASUS (Departamento de Informática do SUS - Ministério da Saúde). Essa recepção segue um cronograma anual, que faz menção ao mês de referência do ano com data de início e encerramento pré-definidas, chamadas de competência. Normalmente, o início da competência se dá entre os dias 12 e 15 de cada mês e o encerrramento se dá entre o dia 05 e 09 do mês seguinte. O cronograma anual é divulgado em <a href="https://wiki.saude.gov.br/cnes/index.php/Cronograma">https://wiki.saude.gov.br/cnes/index.php/Cronograma</a>

Durante o intervalo de início e encerramento, período chamado de competência aberta, o sistema permite executar qualquer mudança no cadastro, sendo a atualização realizada na base nacional e disponibilizada para consulta no site do CNES. Ao final da competência, as últimas informações carregadas são fixadas como válidas, de forma definitiva para o intervalo em questão.

No período em que a competência estiver fechada, o sistema não permite erviar as atualizações para a base federal (site do CNES/DATASUS).

Cabe destacar que **não é possível inserir ou corrigir dados retroativos no CNES**. Se a competência encerrar com alguma informação errada ou faltante, a correção somente será possível a partir da competência seguinte e tal correção não será considerada para a competência passada.

## 2.5 Orientações sobre Desligamento/ Desvinculação do profissional junto ao Estabelecimento

Na ocasião de desligamento do profissional junto ao estabelecimento, **o sistema permite que o próprio profissional desligado informe a retirada de seu vínculo**, de forma on- line neste endereço: <a href="https://cnes2.datasus.gov.br/Lista\_Prof\_Desvinculacao.asp">https://cnes2.datasus.gov.br/Lista\_Prof\_Desvinculacao.asp</a>. Em seguida, o gestor será notificado e deverá, obrigatoriamente, retirar o vínculo ou justificar a permanência do profissional no estabelecimento. No que se refere à exclusão do vínculo do profissional, ela será efetivada somente após a ação do gestor.

Caso o gestor não excluir o vínculo ou não justificar a permanência do profissional, o estabelecimento ficará com

pendência na base nacional do CNES e poderá prejudicar a alimentação de outros sistemas de informação em saúde.

## **ATENÇÃO**

O trabalhador deverá estar vinculado ao número de CNES de todos os estabelecimentos em que trabalha, com a devida carga horária semanal e registro profissional válido. Devem ser observadas as devidas vedações legais de que trata o Art. 37 da Constituição Federal:

XVI—é vedada a acumulação remunerada de cargos públicos, exceto, quando houver compatibilidade de horários, observado em qualquer caso o disposto no inciso XI:

c) a de dois cargos ou empregos privativos de profissionais de saúde, com profissões regulamentadas;

XVII—a proibição de acumular estende-se a empregos e funções e abrange autarquias, fundações, empresas públicas, sociedades de economia mista, suas subsidiárias, e sociedades controladas, direta ou indiretamente, pelo poder público.

# 2.6 Prazo para atualização dos dados digitados na Unidade Regional de Saúde constar na base nacional do DATASUS (site CNES)

Após digitação dos dados na URS e envio para o nível central da SES/MG, os dados são consolidados e transmitidos ao DATASUS.

A publicação dos dados recepcionados na base nacional é feita, em média, em até 72h, após o envio da carga pelo nível central da SES.

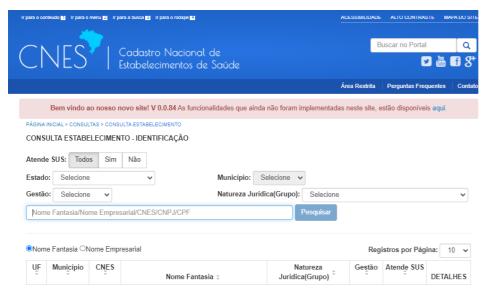
# 3 COMO CONSULTAR UM ESTABELECIMENTO DE SAÚDE NO SITE DO CNES

Acessar o site <a href="https://cnes.datasus.gov.br/">https://cnes.datasus.gov.br/</a>.

Na opção de "consulta de estabelecimento" é possível realizar a busca informando o nome fantasia, nome empresarial, número do CNES do estabelecimento, CNPJ ou CPF, o qual resultará no estabelecimento específico, ou com nomes próximos ao pesquisado.

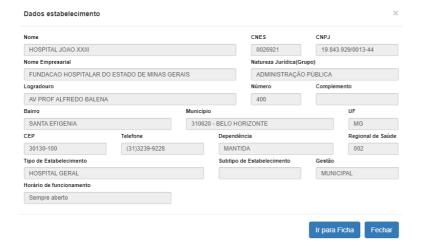


Após clicar em pesquisar, abrirá a seguinte tela, contendo o resultado de pesquisa:



É possível realizar a busca filtrando a busca por estado, município, pela gestão do estabelecimento e natureza jurídica. Ainda, pode-se filtrar também, os estabelecimentos que prestam serviço para o SUS no campo "Atende SUS". Ao realizar a busca, aparecerá um ou mais estabelecimentos contendo as informações UF, Município, CNES, Nome Fantasia, Natureza Jurídica(Grupo), Gestão, Atende SUS e os símbolos • e

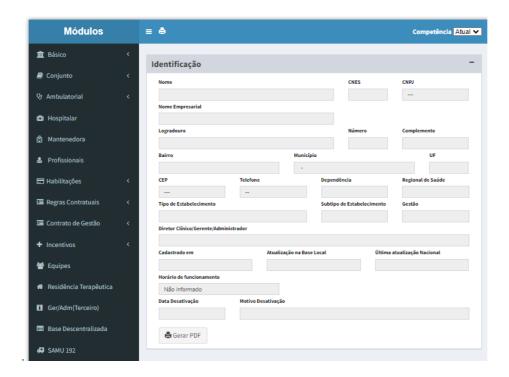
Ao clicar no símbolo será exibida uma tela contendo as informações básicas do estabelecimento, como no exemplo abaixo. Ao clicar no botão "Ir para ficha" o usuário é direcionado à ficha do estabelecimento, onde se encontram as informações detalhadas.



Ao clicar no símbolo o usuário é direcionado à ficha do estabelecimento.

### Ficha do Estabelecimento

Na Ficha do Estabelecimento, é possível realizar uma busca mais apurada acerca das informações de cadastro.



## 3.1 Como consultar se o estabelecimento que possui CNES está sob gestão estadual ou sob gestão municipal

Essa consulta também é feita no sítio eletrônico do CNES: https://cnes.datasus.gov.br/.

Na página inicial, no campo "Consulta Estabelecimento" informar o número do CNES do estabelecimento ou o CNPJ, em seguida clicar no botão pesquisar (esta consulta também permite realizar busca utilizando o nome fantasia ou nome empresarial do estabelecimento):



O site localizará o estabelecimento e ele será exibido na tela, conforme exemplos abaixo. O tipo de gestão é exibido na coluna Gestão (em destaque).

## Exemplo de estabelecimentos sob gestão Estadual:



#### Exemplo de estabelecimentos sob gestão Dupla:



#### Exemplo de estabelecimento sob gestão Municipal:

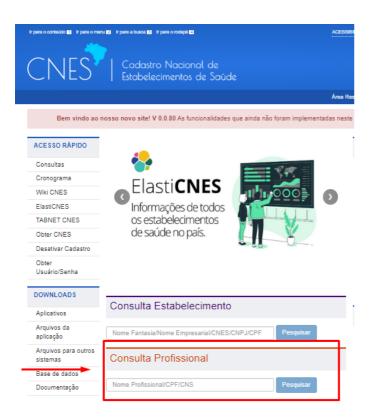


É importante ressaltar que os estabelecimentos sob gestão dupla seguem o mesmo fluxo de alimentação (inclusão, alteração, exclusão) de dados de estabelecimento de gestão estadual, digitados pelas Unidades Regionais de Saúde.

# 4 COMO CONSULTAR OS VÍNCULOS DO PROFISSIONAL DE SAÚDE

Acesse o site https://cnes.datasus.gov.br/.

Na opção de consulta de profissional, é possível realizar a busca pelo Nome do profissional, CPF ou CNS.



Em seguida, é exibida a tela abaixo com o retorno da pesquisa preenchida e junto da coluna "detalhes".



Ao clicar no símbolo serão exibidos em tela todos os vínculos ativos para o profissional pesquisado. Nessa tela é possível verificar os estabelecimentos de saúde em que o profissional está cadastrado e suas respectivas ocupações (CBO). Clicando no botão "Exportar CSV" no final da lista exibida, o site gera um arquivo no formato \*.csv contendo a lista de vínculos ativos do profissional.

Ao clicar no símbolo o site retorna a informação do histórico de vínculos do profissional, informados no CNES. Ao clicar no botão "Exportar CSV" no final da lista exibida, o site gera um arquivo no formato \*.csv contendo o histórico exibido.

Ao clicar no símbolo o site exibe os vínculos do profissional com equipes. Ao clicar no botão "Exportar CSV" no final da lista exibida, o site gera um arquivo no formato \*.csv, o qual contém a lista de vínculos ativos do profissional com equipes.

## 5. CONTATOS

Diretoria de Processamento de Produção: cnes@saude.mg.gov.br ou pelo telefone (31)- 3916-0750

A relação das Unidades Regionais de Saúde e respectivos contatos pode ser consultada neste link: <a href="https://www.saude.mg.gov.br/sobre/institucional/superintendencias-regionais-de-ensino">https://www.saude.mg.gov.br/sobre/institucional/superintendencias-regionais-de-ensino</a>

# 6. LEGISLAÇÃO RELACIONADA

- Documentação Oficial do CNES- Página WikiCNES: <a href="https://wiki.saude.gov.br/cnes/index.php/P%C3%A1gina\_principal">https://wiki.saude.gov.br/cnes/index.php/P%C3%A1gina\_principal</a>
- Portaria de Consolidação 01 de 03 de outubro de 2017. Anexo XV (<u>Tipificação De Estabelecimentos</u>) e Anexo

XXXIV (Tabela De Forma De Contratação).

 Portaria nº 118/SAS/MS, de 18 de fevereiro de 2014: Desativa automaticamente no Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde (CNES) os Estabelecimentos de Saúde que estejam há mais de 6 (seis) meses sem atualização cadastral.

## 7. GLOSSÁRIO

Definições de termos utilizados nesta Nota para uniformizar o entendimento.

CNES: Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde

CNS: Cartão Nacional de Saúde

**COMPETÊNCIA:** mês de referência para a competência, que se estende além do próprio mês

**COMPETÊNCIA ABERTA:** Período em que é possível realizar atualizações de informações e transmití- las para publicação no site do CNES

DATASUS: Departamento de Informática do Sistema Único de Saúde

UNIDADES DA ADMINISTRAÇÃO PUBLICA ESTADUAL: Órgão ou entidade que faz parte da estrutura administrativa do estado de Minas Gerais e que, para finalidade desta Nota, possuem profissionais de enfermagem vinculados

**ESTABELECIMENTO SOB GESTÃO MUNICIPAL:** É o estabelecimento que se encontra com o CNES (Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde) sob gestão das secretarias municipais de saúde (SMS), independente do Órgão Mantenedor. Neste caso, é a SMS que atualiza as informações de profissionais e demais dados de cadastro nesse sistema.

**ESTABELECIMENTO SOB GESTÃO ESTADUAL**: É o estabelecimento que se encontra com o CNES sob gestão da Secretaria de Estado de Saúde (SES). Neste caso, são as Unidades Regionais de Saúde que atualizam as informações de profissionais e demais dados de cadastro nesse sistema.

ESTABELECIMENTO SOB GESTÃO DUPLA: É o estabelecimento que se encontra com o CNES sob gestão da Secretaria de Estado de Saúde (SES). Neste caso, são as Unidades Regionais de Saúde que atualizam as informações de profissionais e demais dados de cadastro nesse sistema.

**ÓRGÃO MANTENEDOR:** É a pessoa jurídica responsável pela manutenção de determinado estabelecimento. Para fins de CNES, somente podem ser informados como mantenedoras as pessoas jurídicas de direito público quando sejam responsáveis por mais de um Estabelecimento de Saúde.

## 8. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com a apresentação da presente Nota, pretende- se esclarecer sobre o processo de atualização cadastral no CNES.

Reitera-se a obrigação dos gestores quanto à correta alimentação e atualização dos dados dos estabelecimentos que são responsáveis. Como o CNES disponibiliza base de dados para outros sistemas de informação em saúde, é fundamental que o cadastro esteja condinzente com a realidade instalada e de forma atualizada e assim evitar qualquer discrepância ou prejuízos.

Atenciosamente,

## Nilcilene de Oliveira

Coordenação de Processamento de Média e Alta Complexidade - DPP - SCP - SES/MG

#### Marcela Augusta Teixeira

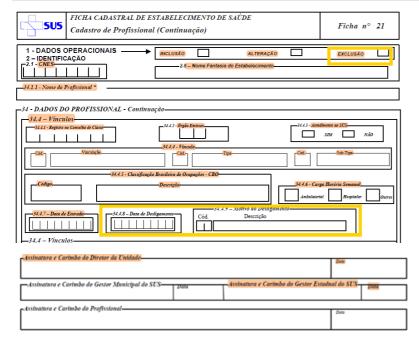
Diretora na Diretoria de Processamento e Monitoramento dos Recursos de Média e Alta Complexidade (DPP) - SCP - SES/MG

## 9. ANEXOS

# 9.1. Anexo I - FCES - Ficha 20- Profissional

SUS	FICHA CADASTRAL DE ESTABELECIMENTO DE SAÚDE Cadastro de Profissional	Ficha n° 20				
1 - DADOS OPERACIONAIS  2 - IDENTIFICAÇÃO  2.1 - CNES  2.8 - Nome Fantasia do Estabelecimento  2.8 - Nome Fantasia do Estabelecimento						
	D PROFISSIONAL  de Identificação  Profissional	SUS NÃO SUS				
	-3-1.1 - tome up rigissionui					
34.1.2 - PIS/PASEI	34.1.3 - CPF	34.1.5 - Sexo  M F				
Assinatura e Cari	nbo do Diretor da Unidade	Data				
	imbo do Gestor Municipal do SUS <u>Data</u> Assinatura e Carimbo do Gestor Estadu	al do SUS Data				
-Assinatura e Cari.	nbo do Profissional—	Data				

## 9.2 Anexo II- FCES- Ficha 21- Profissional (continuação)



Campos em amarelo apenas em caso de desligamento do profissional de saúde

# 9.3 Anexo III- Tabela de forma de contratacao- Anexo XXXIV (Portaria de Consolidação 01 de 03\_10\_2017)

Forma de Contratação com o Estabelecimento	Forma de Contratação com o Empregador	Detalhamento da Forma de Contratação	Conceito	Solicita CNPJ	Tipo de Forma de Contratação Aceito em Estabelecimentos com Natureza Jurídica
		01 SERVIDOR PRÓPRIO	Servidor da Administração Pública Direta ou Indireta, ocupante de cargo efetivo do próprio ente público regido pelo Regime Jurídico Único (federal, estadual e municipal) e militar, vinculado a Regime Próprio de Previdência ou ao Regime Geral de Previdência Social.	NÃO	Grupo 1 (exceto 121-0, 122-8, 125-2, 126-0 e 127-9)
	EFETIVO	02 SERVIDOR CEDIDO	Servidor da Administração Pública Direta ou Indireta ocupante de cargo efetivo, cedido por outro ente público, regido pelo Regime Jurídico Único (federal, estadual e municipal) e militar, vinculado a Regime Próprio de Previdência ou ao Regime Geral de Previdência Social.	SIM	Grupo 1, 201-1, 203-8
	02 EMPREGADO	02 PRÓPRIO	Empregado público do próprio ente/entidade pública da Administração Pública Direta ou Indireta, ocupante de emprego público, contratado pelo regime CLT por prazo indeterminado.	NÃO	Grupo 1, 201-1, 203-8

	PÚBLICO CELETISTA	03 CEDIDO	Empregado público, cedido por outro ente/entidade pública da Administração Direta ou Indireta, ocupante de emprego público, contratado pela CLT por prazo indeterminado.	SIM	Grupo 1, 201-1, 203
01 VINCULO EMPREGATICIO	<03 CONTRATADO	<01 PÚBLICO	<trabalhador administração="" contratado="" direta="" ou<br="" pela="" pública="" temporário,="">Indireta por prazo/tempo determinado, regido por lei específica (federal, estadual, distrital ou municipal) ou pela CLT.</trabalhador>	<não< td=""><td><grupo 1,="" 201-1,="" 20<="" td=""></grupo></td></não<>	<grupo 1,="" 201-1,="" 20<="" td=""></grupo>
	TEMPORÁRIO OU POR PRAZO / TEMPO DETERMINADO	<02 PRIVADO	<trabalhador clt.<="" contratado="" determinado,="" física="" jurídica="" ou="" p="" pela="" pessoa="" por="" prazo="" regido="" temporário,=""></trabalhador>	<não< td=""><td><grupos (exceto="" 2="" 2<br="">1, 203-8), 3, 4 e 5</grupos></td></não<>	<grupos (exceto="" 2="" 2<br="">1, 203-8), 3, 4 e 5</grupos>
		03 SERVIDOR PÚBLICO PRÓPRIO	Servidor ou empregado público efetivo, próprio do ente ou entidade pública da Administração Direta ou Indireta, ocupante de cargos de livre nomeação e exoneração.	NÃO	Grupo 1, 201-1, 203
		04 SERVIDOR PÚBLICO CEDIDO	Servidor ou empregado público efetivo da Administração Pública Direta ou Indireta, cedido por outro ente ou entidade pública, ocupante de cargos de livre nomeação e exoneração.	SIM	Grupo 1, 201-1, 203
		05 SEM VÍNCULO COM O SETOR PÚBLICO	Trabalhador não efetivo ocupante de cargos de livre nomeação e exoneração, sem vínculo com setor público.	NÃO	Grupo 1, 201-1, 20
	05 CELETISTA	00 NÃO SE APLICA	Trabalhador vinculado a empregador pessoa jurídica de natureza privada ou pessoa física, por contrato de trabalho regido pela CLT, por prazo indeterminado.	NÃO	Grupos 2 (exceto 2 1, 203-8), 3, 4 e 5
	09 PESSOA JURÍDICA	00 NÃO SE APLICA	Trabalhador pessoa jurídica, sem vínculo empregatício com seu contratante, proprietário/sócio de empresa privada.	SIM	Grupos 1, 2, 3, 4 e
02 AUTONOMO	10 PESSOA FISICA	00 NÃO SE APLICA	Trabalhador pessoa física, sem vínculo empregatício, contratado para prestação de apoio técnico/serviços com objetivos específicos durante determinado prazo.	NÃO	Grupos 1, 2, 3, 4 e
	11 COOPERADO	00 NÃO SE APLICA	Trabalhador associado à cooperativa e que presta serviços na rede própria da cooperativa, sem vínculo empregatício.	SIM	Apenas 214-3
		01 PRÓPRIO	Profissional cursando residência médica ou multiprofissional, caracterizada por treinamento em serviço, com bolsa financiada pela instituição (pública ou privada) responsável pelo estabelecimento.	NÃO	Grupos 1, 2, 3, 4 e
05 RESIDENCIA 06 ESTAGIO	01 RESIDENTE	02 SUBSIDIADO POR OUTRO ENTE/ENTIDADE	Profissional cursando residência médica ou multiprofissional, caracterizada por treinamento em serviço, com bolsa subsidiada por outro ente/entidade.	SIM	Grupos 1, 2, 3, 4 e
		01 PRÓPRIO	Estudante de instituições de educação superior, educação profissional, ensino médio, da educação especial e dos anos finais do ensino fundamental, desenvolvendo atividades curriculares obrigatórias ou não obrigatórias, em ambiente de trabalho na modalidade profissional da educação de jovens e adultos. Pode ser remunerado, ou não, pela instituição (pública ou privada) responsável pelo estabelecimento. Regido pela Lei nº 11.788/2008.	NÃO	Grupos 1, 2, 3, 4 e
	01 ESTAGIARIO		Estudante de instituições de educação superior, educação profissional, ensino médio, da educação especial e dos anos finais do ensino fundamental, desenvolvendo atividades curriculares obrigatórias ou não obrigatórias, em ambiente de trabalho na modalidade profissional da educação de jovens e		
		02 SUBSIDIADO POR OUTRO ENTE/ENTIDADE	adultos. Pode ser remunerado, ou não, por outro ente/entidade (pública ou privada). Regido pela Lei nº 11.788/2008 (Lei do estágio).	SIM	Grupos 1, 2, 3, 4 e
		01 PRÓPRIO	Profissional ou estudante que desenvolve atividades de ensino, pesquisa e extensão/ensino-serviço financiada por instituição (pública ou privada) responsável pelo estabelecimento. Não regido pela Lei nº 11.788/2008 (Lei do estágio).	NÃO	Grupos 1, 2, 3, 4 e
07 BOLSA	01 BOLSISTA	02 SUBSIDIADO	Profissional ou estudante que desenvolve atividades de ensino, pesquisa e extensão/ensino-serviço		

DADE financiada por outro ente/entidade (pública ou privada). Não regido pela Lei nº 11.788/2008 (Lei do estágio).	SIM	Grupos 1, 2, 3, 4 e 5
Empregado público intermediado por ente/entidade pública, ocupante de emprego público, contratado pelo regime CLT por prazo indeterminado.	SIM	Grupos 1, 2, 3 e 5
Trabalhador temporário intermediado pela administração pública ou por pessoa física ou pessoa jurídica por prazo determinado, regido por lei específica (ente público) ou pela CLT.	SIM	Grupos 1, 2, 3, 4 e 5
Trabalhador sem vínculo ou servidor ou empregado público efetivo, ocupante de cargo de livre nomeação e exoneração intermediado por órgãos ou entidade da Administração Pública Direta ou Indireta.	SIM	Grupos 1, 2, 3 e 5
Trabalhador intermediado vinculado a empregador pessoa jurídica de natureza privada ou pessoa física, por contrato de trabalho regido pela CLT, por prazo indeterminado.	SIM	Grupos 1, 2, 3, 4 e 5
Trabalhador pessoa jurídica, sem vínculo empregatício com o contratante intermediador, proprietário/sócio de empresa privada.	SIM	Grupos 1, 2, 3, 4 e 5
Trabalhador pessoa física, sem vínculo empregatício com o intermediador, contratado para prestação de apoio técnico/serviços com objetivos específicos durante determinado prazo.	SIM	Grupos 1, 2, 3, 4 e 5
Trabalhador associado à cooperativa intermediadora que presta serviços na rede de saúde.	SIM	Grupos 1, 2, 3, 4 e 5
Servidor da Administração Pública Direta ou Indireta ocupante de cargo efetivo, cedido por outro ente público, regido pelo Regime Jurídico Único  (federal, estadual e municipal) e militar, vinculado a Regime Próprio de Previdência ou ao Regime Geral de Previdência Social.	SIM	Grupos 1, 2, 3, 4 e 5
Profissional sem contrato formal com o empregador, aguardando sua regularização (situação excepcional).	NÃO	Grupos 1, 2, 3, 4 e 5
Profissional sem contrato formal com o empregador que atue de forma gratuita.	NÃO	Grupos 1, 2, 3, 4 e 5
Servidor da Administração Pública Direta ou Indireta ocupante de cargo efetivo, cedido por ente público, regido pelo Regime Jurídico Único (federal, estadual e municipal) e militar, vinculado a Regime Próprio de Previdência ou ao Regime Geral de Previdência Social.	SIM	Grupos 1, 2, 3, 4 e 5
Empregado público, cedido por ente/entidade pública da Administração Direta ou Indireta, ocupante de emprego público, contratado pela CLT por prazo indeterminado.	SIM	Grupos 1, 2, 3, 4 e 5
Trabalhador sem vínculo ou servidor ou empregado público efetivo, ocupante de cargo de livre nomeação e exoneração		
intermediado por órgãos ou entidade da Administração Pública Direta ou Indireta.	SIM	Grupos 1, 2, 3, 4 e 5
	intermediado por órgãos ou entidade da Administração Pública Direta ou Indireta.	



Documento assinado eletronicamente por **Marcela Augusta Teixeira**, **Diretor (a)**, em 12/04/2024, às 07:46, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6°, § 1°, do <u>Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017</u>.



Documento assinado eletronicamente por Nilcilene de Oliveira, Servidor (a) Público (a), em 12/04/2024, às 08:07, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6°, § 1°, do Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <a href="http://sei.mg.gov.br/sei/controlador\_externo.php?">http://sei.mg.gov.br/sei/controlador\_externo.php?</a>
<a href="mailto:acao=documento\_conferir&id\_orgao\_acesso\_externo=0">acesso\_externo=0</a>, informando o código verificador 85760611 e o código CRC 21E241A6.

Referência: Processo nº 1320.01.0048815/2024-20

SEI nº 85760611